

O Logos na Retórica e na Política de Aristóteles

Nuno M. M. S. Coelho

João Paulo Goulart

Falemos sobre o *logos* na *Retórica* e na *Política* de Aristóteles.¹ Ao rememorar e relacionar algumas passagens destas duas obras, retomamos algumas das mais famosas e importantes afirmações da história da filosofia, tais como a de que o homem é o animal político, assim como de que o homem é o animal racional.²

Tais passagens também esclarecem o humano enquanto *animal retórico*.

Tentaremos entender em que medida a capacidade retórica constitui-nos enquanto humanos, exatamente porque é essencial para que possamos vencer o desafio de *viver como seres humanos*. Tudo isso desde o ponto de vista aristotélico, que já nos esclarece que viver como um ser humano é desafiador. Embora Aristóteles compreenda haver uma natureza especificamente humana, esta natureza não se realiza senão *mediante esforço*, mediante a ultrapassagem de nós mesmos em situações em que podemos e devemos afirmar a nossa própria humanidade (e em que, infelizmente, também podemos falhar).³

Especialmente em sua *Política*, Aristóteles adverte de que nós somos capazes de viver como feras, podemos viver aquém da nossa humanidade. A obra *Ética a Nicômaco* é também toda dedicada a esclarecer sobre os desafios postos nesta nossa tarefa de realizarmos a nós mesmos como seres humanos. Mas falaremos sobre a *Retórica* neste contexto, em diálogo com estes dois tratados.

Nossa primeira sugestão é que olhemos para a abertura da *Retórica*.

A abertura dos livros de Aristóteles é sempre muito interessante. Se uma pessoa examinar os primeiros parágrafos de muitos tratados aristotélicos, terá uma visão muito interessante sobre o ser humano. Abre-se assim a *Ética a Nicômaco*: “toda a perícia e

1 Este texto foi apresentado como palestra no XII Colóquio do Grupo ERA, da PUC-SP, em 2020, e guarda a oralidade com que foi concebido por seus autores. Aos organizadores e organizadoras do evento (e deste livro), agradecemos pela interlocução inspiradora.

2 Pol. I, 1253a: ὁ ἄνθρωπος φύσει πολιτικὸν ζῷον [...] λόγον δὲ μόνον ἄνθρωπος ἔχει τῶν ζῷων [...].

3 Coelho, 2012.

todo processo de investigação, do mesmo modo que todo o procedimento prático e toda a decisão, parecem lançar-se para um certo bem”.⁴ A *Política*: “Observamos que toda a cidade é uma forma de comunidade. E que toda comunidade é constituída em vista de algum bem”.⁵ A *Metafísica*: “Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer”.⁶

Na *Retórica*, temos a afirmação de que o esforço em persuadir é também um aspecto ínsito à nossa humanidade:

A retórica é a outra face da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De facto, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar.⁷

A retórica (ao lado da dialética), enquanto prática de propor ou contrapor um discurso, de examiná-lo, de acusar, de defender, faz parte e constitui nossa própria humanidade; estamos envolvidos com isso o tempo todo, e somos humanos porque e na medida em que fazemos isso. Todos nós, de algum modo, participamos da retórica e da dialética – é assim que ele começa seu tratado sobre a retórica, logo depois de dizer que a retórica é a contraparte, a antístrofe da dialética, o que traz o primeiro aspecto muito importante que gostaríamos de deixar aqui consignado para o efeito do que desejamos esclarecer sobre sermos animais retóricos.

Dizer que a retórica é “antístrofe da dialética” significa muitas coisas. É uma passagem que possui importância interpretativa muito grande, iluminando toda a argumentação na *Retórica*, e que imediatamente remete ao fato de nós estarmos sempre envolvidos em disputas. A dialética é a arte de discutir, de participar de embates em que perguntas e respostas são postas, sucessivamente, entre interlocutores que participam da investigação conjunta acerca de alguma coisa, do esforço de esclarecimento que surge sempre a partir de discursos contrapostos, e é isso o que distinguirá, fundamentalmente, um raciocínio apodítico (demonstrativo) de um raciocínio dialético (debate).

Os raciocínios dialéticos partem de premissas que são respeitadas e reputadas (*endoxa*), mas que não são unânimes pois são desafiadas por outras opiniões que são igualmente reputadas e disputadas. Isto faz com que, no campo da dialética, nunca este-

4 E.N. I, na tradução de Antônio Castro Caetano.

5 Pol. I, na tradução de Antonio Campelo e Carlos de Carvalho Gomes.

6 Met. I, na tradução de Vincenzo Cocco.

7 Ret. I, na tradução de Manuel Alexandre Junior.

jamos desenvolvendo raciocínios sozinhos, mas, sim, argumentando em confronto com outras pessoas, que, por sua vez, também desenvolvem silogismos e induções e outros argumentos em favor de seus pontos de vista.

Algo completamente diferente se passa no horizonte da geometria e das demais ciências apodíticas, em que o silogismo é demonstrativo. São “demonstrativas” exatamente porque, partindo de premissas indisputadas – indisputadas porque não convivem com premissas concorrentes aceitáveis por quem não seja louco –, cabe apenas, neste horizonte, exibir como é que, daquelas premissas apresentadas de forma não problemática, daqueles *axiomata*, chega-se a determinadas conclusões.

Na dialética, por seu turno, estamos sempre no horizonte da disputa, e os silogismos sempre convivem com outros silogismos confrontantes. Por isso que, no campo da dialética, nós partimos de problemas, perguntando: algo é assim ou não? Desse modo, a estrutura essencial e o ponto de partida do raciocínio dialético é a pergunta.

A retórica, sendo a antístrofe da dialética, utilizará muitas das técnicas desenvolvidas nos *Tópicos* – por isso é tão importante integrar o estudo da *Retórica* ao estudo dos *Tópicos* – ambas esclarecendo-nos como o fazer discursos e o participar de discussões implica uma outra pessoa diante de nós, que nos confronta: nunca fazemos discursos, ou discutimos, sozinhos, mas em contraste com alguém, para vencer uma discussão ou para convencer um público que ouve a ambos, e que decidirá enfim entre os discursos contrapostos. Não discursamos sozinhos: discursamos diante de um público, de uma audiência e, especialmente, ao lado de outro que discursa também, contra nós.

Isso é muito importante para esclarecer a nossa humanidade, enquanto animais retóricos e animais políticos. Vejam como Aristóteles diz: a dialética (assim como a retórica) é universal entre os seres humanos. De algum modo, nós estamos sempre empenhados nisso. Fazer discursos nos define e esclarece enquanto humanos: participar de disputas, portanto, também.

Vale a pena tentar esclarecer o significado deste nosso modo de ser, inevitavelmente envolvido em disputas, e sugerir como isso é importante para entender a nossa humanidade, agora olhando para aquelas importantes e famosas passagens de Aristóteles, na *Política*, que referimos ao princípio – que estão entre as passagens mais famosas da história da filosofia, segundo as quais o homem é um animal político. E, depois, para explicar porque o homem é um animal político, Aristóteles acrescenta: o homem é um animal político não apenas porque ele é sociável e vive em grupos, ou porque tem voz e poder de comunicação da dor e do prazer. Não é apenas por isso, mas porque ele é o único entre os seres vivos que tem o *logos* (a palavra, o discurso, a razão...), o único que é marcado pelo *logos*, que é capaz de discursos, que se caracteriza por fazer discursos.

Observemos quão central é esta passagem, tão conhecida por todos nós, como ela é definidora da nossa própria humanidade, e tentemos compreender o que ela tem a ver com a retórica e em que medida isso nos esclarece como animais retóricos.

Apenas o humano, entre os animais, é capaz do discurso, tem o discurso. É diferente de outros animais que têm voz, que apenas serve para tornar claro, para manifestar o prazer e a dor.

O discurso, o *logos*, que nos caracteriza, não serve apenas para manifestar o prazer e a dor. Serve para isso também; mas, pelo *logos*, somos capazes de muitos mais. Somos capazes, para além de manifestar o prazer e a dor, de manifestar e distinguir, pelo discurso, o útil e o prejudicial, o justo e o injusto, o bem e o mal.

E o que isso significa? Qual é a diferença entre voz e discurso (*logos*)? A diferença está no poder humano de ver longe, como Aristóteles esclarece ao falar da capacidade de distinguir o justo e o injusto, o útil e o prejudicial, o bem e o mal, e não, simplesmente, de distinguir e apontar a dor e o prazer.

Ter o *logos* implica que nossa consciência, nossa experiência do mundo, não está encerrada no imediato, da circunstância concreta, daquilo que está presente aqui e agora, do que nos causa a dor e o prazer que a voz é capaz de expressar. Ter *logos* implica ser capaz de ver para além do imediato.

Termos o *logos* ou sermos capazes de discursos (ou, dito de outro modo, mais tradicional ou mais amplo: sermos racionais) decorre de sermos animais capazes de muito mais memória – Aristóteles explica-o em outros textos igualmente importantes para compreender esta passagem – ou seja, de termos presente o passado; temos, por meio da memória, a capacidade de ter presentes pessoas que já partiram, ou situações que, às vezes, nos causam agora emoções de vergonha ou de júbilo, mesmo que já se tenham passado há muito tempo.

De um lado, ter o *logos* implica esse alargamento da nossa consciência em direção ao passado (como memória), e que abre para nós a possibilidade do *juízo*; por outro, implica a capacidade de termos presentes coisas que estão muito longe também no futuro (coisas as quais nós podemos imaginar), que nos abre a possibilidade (e a necessidade) de *deliberar*, também própria nossa. Tudo isto faz com que vivamos, como seres *racionais e políticos*, uma vida muito diferente da dos outros animais.

Como animais *retóricos*, não estamos, em função desta nossa capacidade de ter presentes coisas do passado e do futuro, presos àquilo que aparece aqui e agora, manifestando-se pelos sentidos; as coisas imediatas ou não exigem de nós uma resposta do tipo que os outros animais são incapazes de dar.

Que importância isso tem? Isso traz, para nós, a possibilidade de instituir tribunais para julgar o passado – como Aristóteles diz, acerca do tempo da retórica judiciária: é o

passado o tempo daquilo acerca de que devemos decidir, a partir de discursos contrapostos sobre se algo foi justo ou injusto. Ou, no gênero deliberativo, deveremos discutir se uma medida a ser adotada no futuro é útil ou prejudicial – para lembrar os dois gêneros retóricos mais famosos também mobilizados nas passagens que rememoramos.

É claro que essa nossa capacidade de ver longe abre-nos toda a possibilidade de fazer ciência (*episteme*), ou de termos sabedoria (*sophia*) ou prudência (*phronesis*). Notemos quão extraordinária é esta capacidade, de referir algo que se passa agora como o efeito de algo que se passou antes, e como a causa de outras coisas que se passarão depois, ou como seu fim ou sua condição de possibilidade.... É só pela capacidade de termos esse horizonte alargado da consciência é que podemos ter esse tipo de conhecimento, e assim desenvolver toda experiência, toda arte, toda técnica, toda sensatez, toda ciência e toda sabedoria.

O conhecimento é sempre fundamentado em outros conhecimentos anteriores, aprendemos também com Aristóteles, na abertura do Livro I de seus *Analíticos Posteriores*:

Todo ensinamento e todo aprendizado racional surge a partir de conhecimento previamente disponível. Isto é manifesto em todos os casos, para quem os observa: de fato, entre as ciências, as matemáticas surgem desse modo, bem como cada uma das demais técnicas. Semelhantemente também com os argumentos, tanto os que se dão através de silogismo, como os que se dão através de indução: ambos propiciam o ensinamento através de itens previamente conhecidos [...].⁸

O encadeamento de afirmações, de juízos – em que consiste o conhecimento científico, de acordo com Aristóteles – só é possível, para nós, porque temos a capacidade de ver longe – memória e imaginação.

Porém, o que gostaríamos de destacar é que esta capacidade é também o que nos torna animais retóricos, animais que estão permanentemente divergindo (e esforçando-se por persuadir). A divergência e o esforço pela persuasão são ínsitos à nossa humanidade, em decorrência, exatamente, do fato de nós não vivermos exclusivamente na imediatividade, de não vivermos exclusivamente na presença daquilo que os sentidos (visão, tato *etc.*) põem presentes, sempre aqui e agora, de forma imediata, diante de nós. Animais não racionais, que não têm o logos, que não têm essa dimensão alargada do futuro e do passado, divergem muito pouco. A voz revela muito pouca divergência, porque há muito pouca divergência sobre aquilo que causa dor e prazer.

8 *An. Post. I*, na tradução de Lucas Angioni.

Muito dificilmente nós vamos discutir, por exemplo, sobre se aproximar o fogo da pele causará dor – todo animal reagirá, basicamente, da mesma forma, sentindo e expressando sofrimento. Já quando se trata de discutir coisas que estão no futuro ou que aconteceram há muito tempo (pensemos nas deliberações e nos julgamentos que temos que fazer), nossas divergências são terríveis. Esta capacidade de divergir é decorrente de sermos animais racionais, de termos o *logos*; ela é uma característica própria do humano, algo que nos caracteriza exatamente por sermos animais discursantes, animais racionais, animais retóricos, animais políticos.

Ligue-se a isto o fato de que a *Política*, de Aristóteles, é toda construída a partir de uma concepção de cidade marcada pela divergência.⁹ É grande a preocupação de Aristóteles com o tema, que fundamenta o essencial dos conselhos que ele dá sobre como lidar com a divergência. O tema é urgente porque a divergência ameaça a própria existência da *polis*, levando à guerra civil (*stasis*) causada pela divergência de opiniões. Para Aristóteles, a cidade é inevitavelmente marcada por grupos que veem de modo diferente o futuro (e o passado) da *polis* e que estão, por isso, sempre em disputa. Esta característica terá efeito interpretativo muito importante sobre todo o tratado *Política*.

Para concluir, gostaríamos de destacar esta última passagem, que se segue à afirmação de que o homem é o animal político e o animal racional (o animal que tem o *logos*, o animal que faz discursos): para Aristóteles, é a comunidade nestas percepções o que institui a família e a cidade.

Rememoremos ainda outra vez a passagem:

[...] a razão pela qual o homem, mais do que uma abelha ou um animal gregário, é um ser vivo político em sentido pleno, é óbvia. A natureza, conforme dizemos, não faz nada ao desbarato, e só o homem, de entre todos os seres vivos, possui a palavra [o *logos*]. Assim, enquanto a voz indica prazer ou sofrimento, e nesse sentido também é atributo de outros animais (cuja natureza também atinge sensações de dor e de prazer e é capaz de as indicar), o discurso [o *logos*], por outro modo, serve para tornar claro o útil e o prejudicial, e por conseguinte, o justo e o injusto. É que, perante os outros seres vivos, o homem tem as suas peculiaridades: só ele sente o bem e o mal, o justo e o injusto; é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade^{9,10}.

9 Coelho, 2013.

10 . Pol. I, 1253a, na tradução de Antonio Campelo e Carlos de Carvalho Gomes.

Que comunidade (κοινωνία) de sentimentos (ou de percepções, traduziríamos, eis que Aristóteles usa aqui a palavra αἴσθησις)¹¹ constitui a comunidade? É a *koinonia* na visão do bem e do mal, na visão do útil e prejudicial, do justo e do injusto, o que institui as comunidades humanas. As comunidades humanas são resultado de um compartilhamento de visão que temos acerca dessas coisas.

Na *Política*, como é próprio de Aristóteles – sempre vendo e estudando os objetos por diferentes perspectivas –, explica-se que há várias causas para uma comunidade. Causas que têm a ver com o compartilhamento do território, ou com o compartilhamento do sangue dos ancestrais. Há, porém, uma causa que é marcada como a mais importante (e isso é totalmente coerente com a visão geral de Aristóteles em relação à sua teoria das causas), que é a *finalidade*: é a visão que nós temos quanto ao bem e o mal, ao útil e ao inútil, ao justo e ao injusto, é este compartilhamento da perspectiva, é este compartilhamento do futuro, é este *compartilhamento do em vista de quê nós estamos juntos*, o que constitui a *polis*, o que constitui as comunidades humanas – ao lado, e de modo mais importante, das causas materiais, das causas eficientes ou até mesmo da causa formal da cidade. – que, para Aristóteles, percebemos ser a lei e a constituição.

O que aparece nessa passagem é que a cidade se constitui em função da comunhão a respeito do justo e do injusto, do bem e do mal, do útil e do prejudicial. Percebemos claramente que as comunidades humanas se fundam por processos discursivos. Vemos o quão essencial é a retórica na formação da cidade. É por meio dos processos retóricos em que nós, inevitavelmente, participamos, que a cidade se constitui.

Todos sabemos a importância da comunidade para a vida humana, de acordo com Aristóteles. Nós apenas podemos realizar nossa própria humanidade vivendo em cidades. A *polis* é a comunidade constituída não apenas para que nós possamos sobreviver, ele diz, mas para que possamos viver tão maximamente quanto é possível para nós, seres humanos: viver bem, viver plenamente.

A cidade (a comunidade política) é a comunidade em que a nossa melhor possibilidade se constitui, em que a nossa própria humanidade se constitui. E a cidade, como comunidade, constitui-se em decorrência destes compartilhamentos das visões que são, permanentemente, objeto de disputa e tratamento pela retórica.

A retórica não é, portanto, mero instrumento, mera técnica, não é algo que serve ocasionalmente para um ou outro objetivo específico. A retórica é atividade humana

11 “ τούτο γάρ πρὸς τὰ ἄλλα ζῶα τοῖς ἀνθρώποις ἴδιον, τὸ μόνον ἀγαθοῦ καὶ κακοῦ καὶ δικαίου καὶ ἀδίκου καὶ τῶν ἄλλων αἰσθησὶν ἔχειν: ἢ δὲ τούτων κοινωνία ποιεῖ οἰκίαν καὶ πόλιν.” *Pol.* I, 1253a, na edição de W. D. Ross.

universal e essencial, imprescindível para que possamos realizar a nossa própria humanidade – a qual só se realiza em comunidades.

Pois comunidades só se realizam em resultado a estes esforços retóricos pelos quais nós vamos sempre negociando, instituindo e reinstituindo as nossas visões sobre o futuro e sobre o passado.

Referências

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Vincenzo Cocco e notas de Joaquim Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Antonio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicómaco**. Tradução. de António C. Caeiro. Lisboa: Quetzal Editores, 2004a.

ARISTÓTELES. **Segundos Analíticos** – livro I. Tradução de Lucas Angioni. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2004b. (Coleção Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução n.7).

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

ARISTOTLE. ed. W. D. Ross, **Aristotle's Política**. Oxford, Clarendon Press. 1957.

COELHO, Nuno M. M. S. **Sensatez como modelo e desafio do pensamento jurídico em Aristóteles**. São Paulo: Rideel, 2012.

COELHO, Nuno M. M. S.; HUPPES-CLUYSENAER, Liesbeth (org.). **Aristotle and the philosophy of law: theory, practice and justice**. Heidelberg: Springer, 2013.